



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
CÂNDIDO SALES – BAHIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2024**

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**LEI 14.133/21**

**Processo de Inexigibilidade nº 001/2024**

**Fundamentação Legal: Art. 74, inciso III, “c” e “e” da Lei nº 14.133/2021**

**Modalidade: Inexigibilidade**

**Número: 001/2024**

**Data: 05/01/2024**

**Repartição: Secretaria da Câmara**

**Unidade Orçamentária:**

**1 – Câmara Municipal**

**2002 – Manutenção dos Serviços da Câmara**

**33.90.35.00 – Serviços de Consultoria**

**33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Objeto: Contratação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica  
Administrativa na área de Gestão Pública.**

**Autuação**

**De acordo com as formalidades aplicáveis à espécie, autuo o presente  
processo Administrativo nesta data.**

**Cândido Sales – Bahia, 05 de janeiro de 2024.**

**Valmiran Ferreira de Almeida**  
Presidente da Comissão de Contratação



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024**

**Cândido Sales – Bahia, 05 de janeiro de 2024.**

**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DA CÂMARA**

**NOME DO PRESIDENTE: SIMPLÍCIO MARIA SANTOS LOPES**

**NOME DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: VALMIRAN  
FERREIRA DE ALMEIDA**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

Ao Excelentíssimo Sr. Presidente

Ref.: Requisição de contratação de consultoria e assessoria jurídica

A Secretaria Geral desta Câmara Municipal requer de V.Exa. autorização para a contratação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei, inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses desta Câmara Municipal para o ano de 2024.

Cândido Sales – BA, 04 de janeiro de 2024

1º Secretário



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

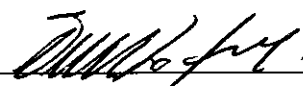
Ao Sr. Agente de Contratação

Ref.: Requisição de elaboração de estudo técnico preliminar

A Secretaria Geral desta Câmara Municipal requereu de V.Exa. autorização para a contratação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei, inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses desta Câmara Municipal para o ano de 2024.

Determino a esta comissão que elabore estudo técnico preliminar nos termos do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021.

Cândido Sales – BA, 04 de janeiro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Presidente



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

Ao Exmº Sr. Presidente

Ref.: Estudo Técnico Preliminar

Tendo recebido a solicitação de V.Exa., encaminhamos nesta data o Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021 que analisou a viabilidade da contratação de serviços Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei, inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses desta Câmara Municipal para o ano de 2024.

Cândido Sales – BA, 04 de janeiro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Agente de Controle



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Processo Administrativo nº 001/2024

Área Requisitante: Secretaria Geral da Câmara Municipal de Cândido Sales - BA

### **2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida encontra amparo no planejamento anual de contratações desta Câmara Municipal, pois os serviços de consultoria e assessoria jurídica são essenciais para o dia a dia das atividades legislativas e administrativas do órgão.

### **3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Câmara Municipal como órgão do Poder Legislativo necessita de assessoria e consultoria jurídica constantes, pois os vereadores, representantes da população, precisam ser assessorados quanto às proposições que chegam à casa para que possam votar com consciência e de acordo com a melhor técnica jurídico-legislativa.

Além disso, a Presidência da casa necessita ainda de assessoria jurídica nas diversas demandas que recebe por conta de sua atividade precípua na condução dos trabalhos em plenário, assim como na administração do órgão.

Além do mais, em que pese a Câmara Municipal não possuir capacidade processual plena, nos termos da Súmula 525 do STF esta capacidade existe para que a Casa de Leis atue defendendo interesses próprios, o que também revela a atuação da assessoria jurídica perante o judiciário.

### **4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para a contratação dos serviços descritos na demanda da Secretaria Geral, entendemos serem requisitos a reputação ilibada do escritório a ser contratado, bem como sua comprovada

Rua Getúlio Vargas, 101– Centro – Cândido Sales – Bahia  
CEP: 45 157-970 – Fone/fax (077) 3438 1062 – CNPJ 16.424.053/0001-70



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

experiência na área pública e notória especialização, a ser comprovada por meio de contratos pretéritos.

### **5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO**

Por se tratar de serviço singular nos termos do Art. 3º-A da Lei 8.906/94, não há que se falar em necessidade de levantamento de mercado para a avaliação de soluções diversas à que se apresenta, pois tais serviços só podem ser realizados por profissionais que possuam, além de notória especialização, também um vínculo de confiança com o órgão contratante.

Os serviços de consultoria e assessoria jurídica tratam informações sensíveis e por vezes sigilosas, o que faz com que tal mister não possa ser entregue a qualquer profissional do mercado que se disponha a exercer tal função.

Portanto, há de se acatar a indicação do fornecedor pela Secretaria Geral requisitante da contratação.

### **6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A contratação de escritório de advocacia que goze de reputação ilibada, possua notória especialização e tenha vínculo de confiança com a administração atende ao interesse público e soluciona as demandas desta contratação.

### **7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Os serviços contratados serão pagos mensalmente e os profissionais disponibilizados para o atendimento a esta Câmara Municipal deverão estar sempre à disposição em horário comercial, seja em escritório próprio ou na sede da Câmara Municipal.

### **8 – ESTIMATIVA DE VALORES**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

De acordo com pesquisa simplificada de mercado realizada por meio do sistema E-TCM, tomando como base contratações semelhantes realizada por outros órgãos da administração pública, estima-se que o valor da contratação esteja entre R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

### **9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Não se aplica a hipótese de parcelamento à presente contratação devido à sua natureza.

### **10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se aplica a hipótese de contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação devido à sua natureza.

### **11 – RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com esta contratação pretende-se que a condução tanto dos trabalhos legislativos quanto administrativos da Câmara Municipal ocorram dentro da legalidade, um dos mais mezinhos princípios da administração pública.

Além disso, espera-se que com a contratação de renomado escritório de advocacia, a Câmara Municipal também possa ser devidamente representada perante o poder judiciário, tribunais de contas e demais órgãos de controle sempre que necessário.

### **12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

### **13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

Não há impactos ambientais na execução do contrato a ser celebrado.

### **14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Por todo o exposto, revela-se viável a contratação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei, inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses desta Câmara Municipal para o ano de 2024.

Tal contratação atende ao melhor interesse público, pois a Câmara Municipal de Cândido Sales necessita de tais serviços para a condução de seus trabalhos diários e o cumprimento de sua missão como órgão do poder legislativo.


Afigura-se ainda viável que os serviços em comento sejam contratados diretamente por meio da modalidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, “c” e “e” da Lei 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos previstos em Lei.


### **15- ANEXOS**

Não há anexos.

### **16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

  
\_\_\_\_\_  
Agente de Contratação  
Valmiran Ferreira de Almeida

  
\_\_\_\_\_  
Membro  
Poliana Sousa Alves

  
\_\_\_\_\_  
Membro  
Vanessa Nogueira dos Santos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

Ao Sr. 1º Secretário desta Câmara Municipal

Ref.: Deferimento da contratação

Defiro o pedido desta Secretaria Geral da Câmara Municipal de Cândido Sales – BA para a contratação de serviços de consultoria e assessoria jurídica.

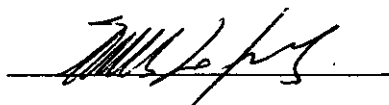
Determino que V.Sa. formalize a demanda de acordo com o estudo técnico preliminar elaborado e nos termos dos incisos do Art. 72 da Lei 14.133/2021.

Ato contínuo, determino ainda que V.Sa. envie a demanda formalizada ao setor de contabilidade para que diga sobre a disponibilidade orçamentária e a fonte de recursos a ser utilizada para a referida contratação.

O setor de contabilidade, por sua vez, deve enviar os presentes autos ao Sr. Agente de Contratação.

O Sr. Agente de Contratação deve solicitar parecer jurídico à assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Cândido Sales e, após o recebimento do parecer, concluir os trabalhos.

Cândido Sales – BA, 04 de janeiro de 2024



Presidente





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

### **FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

#### **OBJETO:**

**Contratação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei, inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses da Câmara.**

A Secretaria Geral da Câmara Municipal de Cândido Sales - BA, após avaliação minuciosa, solicita que contrate a empresa na forma da seguinte tabela abaixo.

<b><u>TIPO DE SERVIÇO</u></b>	<b><u>PERÍODO</u></b>	<b><u>EMPRESA</u> <b><u>CNPJ</u></b></b>	<b><u>LOCAL DA</u> <u>EXECUÇÃO DO</u> <u>SERVIÇO</u></b>	<b><u>HORÁRIO</u></b>
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA	05/01/2024 A 31/12/2024	ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS CNPJ: 35.400.288/0001-76	SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES	DURANTE O EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Os valores dos serviços encontram-se discriminados na proposta preliminar remetida pela empresa, e que fazem parte integrante desse processo administrativo, e ainda constam na tabela abaixo.

<b><u>Especificação dos Serviços</u></b>	<b><u>Qtd.</u></b>	<b><u>Duração</u></b>	<b><u>Período</u></b>	<b><u>Valor Mensal</u></b>	<b><u>Valor Total</u></b>
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA	01	12 meses	05/01/2024 A 31/12/2024	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
<b><u>TOTAL</u></b>					<b>R\$ 90.000,00</b>

Tendo em vista que a Lei 14.133/2021, em seu art. 72 e seguinte, prevê procedimento de contratação direta e esta Administração esta Secretaria Geral entende ser o caso cabível nos precisos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação de Assessoria Técnico Jurídico, por tratar-se de uma conceituada e tradicional empresa de prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, com especialização na área pública

Os serviços que ora se pretende contratar, recai na hipótese do inciso III, alíneas “c” e “e” do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

Ao setor de contabilidade

Ref.: Disponibilidade orçamentária e fonte de recursos

Conforme determinado pelo Exm<sup>o</sup> Presidente desta Câmara Municipal, enviamos a V.Sas. os autos do presente processo administrativo com a demanda formalizada para a verificação da disponibilidade orçamentária e a informação sobre a fonte de recursos.

Ainda conforme determinação do Sr. Presidente, requisitamos que após juntada a informação os autos sejam remetidos ao Sr. Agente de Contratação que deverá requisitar parecer da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Cândido Sales e, de posse do parecer, concluir os trabalhos.

Cândido Sales – BA, 04 de janeiro de 2024

1º Secretário



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

**RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO:** Trata-se de escritório de advocacia de renome, conhecido em todo o Estado da Bahia, detentor de um grande conhecimento na área de Direito Público além de gozar de reputação ilibada, tanto em serviços pretéritos prestados a este ente municipal, como a outros municípios da região.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:** O preço dos serviços ofertados encontra-se em consonância com a realidade do mercado, o que pode ser auferido por meio da consulta a processos de contratação semelhantes de outros entes municipais, seja deste mesmo escritório ou de outros que atuam no mesmo ramo. Tais consultas foram realizadas no sistema E-TCM do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Por tudo exposto, requer esta Secretaria Geral a contratação do Escritório **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pelo procedimento de contratação direta na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com art. 75, III, “c” e “e” da Lei 14.133/2021, para o período anual de dois mil e vinte e quatro, iniciando se no dia 05/01/2024 a 31/12/2024 pelo valor global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

**Cândido Sales – Bahia – Bahia, 04 de janeiro de 2024.**

**1º Secretário**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 35.400.288/0001-76  
**Razão Social:** ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS  
**Endereço:** AV FORTALEZA 480 SALA 02 / CANDEIAS / VITORIA DA CONQUISTA / BA / 45028-524

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/01/2024 a 31/01/2024

**Certificação Número:** 2024010206363638312574

Informação obtida em 02/01/2024 11:19:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**  
Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentaria

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS/TRIBUTÁRIOS**

**Nº 83618 / 2023**

**CONCEDIDO À**

**Nome/Razão Social:** ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS  
**CPF/CNPJ:** 35.400.288/0001-76  
**Inscrição Municipal:** 588026  
**Endereço do imóvel:** Avenida FORTALEZA Nº480 - CANDEIAS - Vitória da Conquista-BA  
**CEP:** 45028524 SALA 02

CERTIFICA-SE, para os devidos fins do art. 205 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional (CTN) e art. 160 da Lei Municipal nº 1.259/2004 ? Código Tributário Municipal (CTM), que o contribuinte acima qualificado, COM RELAÇÃO AO OBJETO DESTA CERTIDÃO, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.

Ressalta-se que a presente certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista no art. 149 do Código Tributário Nacional (CTN).

**OBSERVAÇÕES E RESTRIÇÕES**

As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, quaisquer débitos que, posteriormente, venham ser apurados.

Esta certidão abrange somente o cadastro acima identificado.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, na Internet, no endereço <https://www.pmvc.ba.gov.br/>

Emitida em: 18/10/2023

Validade: 90 (Noventa) dias

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - Bahia, Quarta-feira, 18 de Outubro de 2023

**Chave de validação: cc8155be**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 35.400.288/0001-76  
Certidão nº: 35436979/2023  
Expedição: 17/07/2023, às 15:29:39  
Validade: 13/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.400.288/0001-76**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20236230609

RAZÃO SOCIAL	
XX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	35.400.288/0001-76

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/11/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
**CNPJ: 35.400.288/0001-76**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

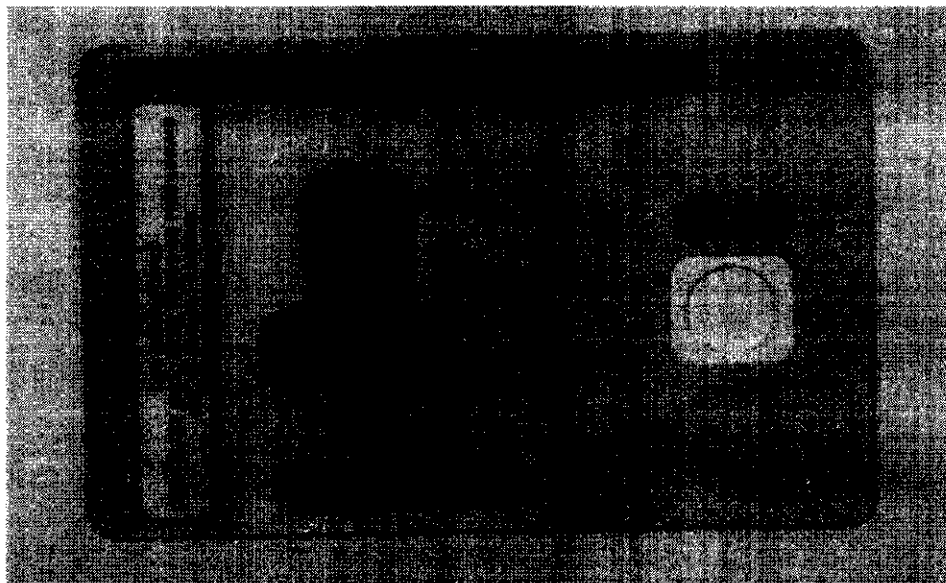
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:30:41 do dia 17/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/01/2024.

Código de controle da certidão: **517F.7FA2.AFB0.850C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

RODRIGO PINHEIRO DE ALMEIDA

PROCURADOR

ADALTO OLIVEIRA DE ALMEIDA  
CLAUBIA REGINA SANTOS PINHEIRO

ALBUQUERQUE

1108080-BA

BA

9883285-78 - SSP-BA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA E TITULO

NÃO DECLARADO

*Luiz Viana Gonçalves*  
PRESIDENTE

0419 01 3485-96319

19/03/1989

CPF

020-830-455-48

01 23/04/2016

50112



USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n.º 8.966/94)



ALMEIDA, RODRIGO DE

*Luiz Viana Gonçalves*  
PRESIDENTE



TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 11888991



20160408018



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
BOM JESUS DA SERRA - ESTADO DA BAHIA**

**Gabinete da Presidência**

---

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que o escritório Abílio Nascimento Advogados, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.400.288/0001-76, com sede na Avenida Fortaleza, nº 480, Sala 02, Candeias, Vitória da Conquista-BA, prestou serviço a esta entidade de direito público de assessoria jurídica na área de Direito Público e Direito Administrativo no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, não havendo fatos que desabonem sua conduta técnica e profissional, estando dentro dos padrões de qualidade e desempenho salientando que os serviços foram executados com elevado padrão de qualidade e confiabilidade.

Bom Jesus da Serra, 03 de janeiro de 2022.

**FLORINDO ALVES TEIXEIRA**

**Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus da Serra**



FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU  
FACIC - Faculdade de Ciências Contábeis  
CEPPEV - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu  
JTS - Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra



SEMIC  
0837  
Lote: 0007 / 2017

# Certificado

CÓPIA FOTOGRAFADA  
CRISTINA

Certificamos que *Abílio César Dias Nascimento*, Carteira de Identidade nº 10900 OAB-BA, concluiu, com aproveitamento e frequência legal, o *Curso de Especialização em Direito de Estado e Responsabilidade Fiscal, Pós-graduação "Lato Sensu"*, realizado pela Facic - Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, através do Ceppev - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu, em convênio com o Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra, com carga horária total de 420 horas/aula, nos termos da Resolução 12/83 do CFE.

Salvador, 05 de setembro de 2003.

11/25/13  
Mário Augusto Albiani Júnior  
CEPPEV  
Coordenador do Curso

Mamadou Lamarana Bari  
CEPPEV  
Coordenador Geral

Walter Crispim da Silva  
FACIC / FVC  
Diretor

Fundação Visconde de Cairu - Faculdade de Ciências Contábeis  
 CEPPEV - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu  
 JTS - Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra

Curso de Especialização em Direito de Estado e Responsabilidade Fiscal Pós-graduação "Lato Sensu"

Aluno: *Abílio César Dias Nascimento*

SEMIC  
**0838**  
 Lote: 0007 / 2017

## HISTÓRICO ESCOLAR

Disciplinas	Carga Horária	Média Final	Docente Responsável	Titulação
Teoria Geral do Estado	30h/a	8,0	Dirley da Cunha Júnior	Doutor/PUC-SP
Direito Constitucional	90h/a	8,0	Dirley da Cunha Júnior	Doutor/PUC-SP
Direito Administrativo e Administração Pública	60h/a	10,0	Rafael Carrera Freitas	Mestrando/UFBA
Direito Tributário e Finanças	60h/a	8,0	Helcônio de Souza Almeida	Doutorando/Univ. Autónoma-Madrid
Responsabilidade Fiscal	60h/a	8,0	José Barroso Filho Iualdo da Paixão Santos Araújo	Doutorando/Univ. Complutense-Madrid Mestrando/FVC
Metodologia da Pesquisa Científica	60h/a	8,0	José Rodrigues Lustoza	Mestre/UFBA
Metodologia do Ensino Superior	60h/a	7,6	Andreza Rosa Lustoza	Mestrando/FVC
Trabalho de Conclusão de Curso: Monografia	-	9,0		
Carga Horária Total do Curso	420h/a		Frequência Total: 80%	
Período de Realização: 22/03/2002 a 26/04/2003			Data de Emissão: 05 de Setembro de 2003	

A verificação do rendimento escolar obedece aos seguintes critérios:

- Frequência mínima de 75%;
- Provas escritas e trabalhos de acordo com a orientação do curso e as peculiaridades de cada disciplina;
- Nota mínima para aprovação = 7,0 (sete)

Seráia Maria de Castro Grisóstomo  
 Seráia Maria de Castro Grisóstomo  
 Secretária Acadêmica

**CÓPIA ILEGÍVEL**  
 CRISTINA

O Diretor da FACEI – Faculdade Einstein certifica que

**Abílio César Dias Nascimento**

RG nº 2.124.511 e CPF nº 278.231.485-87

Concluiu em 22 de Março de 2016,  
o curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em:

**Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusão Social**

Com carga horária de 360 horas-aulas nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2007 publicada no D.O.U em 08 de junho de 2007 e da  
Portaria de Credenciamento da FACEI: Portaria MEC/SESu nº 6 de 7/1/2008 no DOU 8/1/2008.

Assinatura do Diretor da FACEI

Assinatura do Concluinte

Salvador, 26 de Outubro de 2016.

Concluinte

**CÓPIA ILEGÍVEL**  
CRISTINA

Prof. Dr. José Augusto Maciel Torres  
Diretor

Josiane Portela  
Coordenadora



**FACEI – Faculdade Einstein**

**HISTÓRICO ACADÊMICO**

**Período:** 16 de Março de 2015 a 22 de Março de 2016

**Crêterios de avaliação:** trabalhos, provas teóricas e práticas, seminários e estudos de casos.

**Curso:** PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO SOCIAL

NOME: ABÍLIO CÉSAR DIAS NASCIMENTO			
Disciplinas	CH	Nota	Docente
Organização de Ambientes Escolares	30h	7,0	Me. Murilo Guimarães
Educação de Surdo-cego	30h	7,4	Me. Cristina Silva dos Santos
Organização de Ambientes Escolares	30h	8,9	Esp. Andréia Cristina Freitas
Educação do Deficiente Físico e do Múltiplo Deficiente	30h	8,0	Dra. Lourisvalda Ianna Muniz
Educação do Deficiente Auditivo	30h	9,4	Esp. Andréia Cristina Freitas
Educação do Deficiente Visual	30h	10,0	Esp. Rosene Souza Brito
Educação do Deficiente Mental	30h	9,6	Esp. Gabriela Silva Ribeiro
Inclusão no Mundo do Trabalho	30h	8,4	Dra. Nilma Margarida Crusoé
Didática da Educação Inclusiva	30h	7,7	Dra. Sheila C. Furtado
Educação em Altas Habilidades	30h	7,0	Esp. Verônica de Cássia Freitas
Educação do Aluno com Dist. Globais do Desenvolvimento	30h	8,0	Dra. Nilma Margarida Crusoé
Metodologia da Pesquisa Científica	30h	9,0	Dra. Sheila C. Furtado
Monografia	--	9,0	Me. Ildimar França
<b>Carga Horária Total</b>	<b>360h</b>		

**Título Monográfico:** *Síndrome de Down: Encontros e Desencontros na Educação Inclusiva.*

**CÓPIA ILEGÍVEL**  
CRISTINA  
Contato com o original em 11/16  
Assinatura 11.128.113.1  
488120 Assinatura/Carimbo

**FACEI – Faculdade**

SEMIC

0844

Entidade Mantenedora: Lote: 0007 / 2017  
Soteropolitana de Ensino, Pesquisa

Extensão LTDA./ Entidade Mantida:

Faculdade Einstein – FACEI

Endereço: Rua Arlindo Fragoso, nº 223,

Matatu, Salvador – Bahia,

CEP: 40.255-041

Telefone: (71) 3011-4865 / 3481-7470

CNPJ: 04.953.429/0001-54

E-mail: [joaoantonio@facei.org.br](mailto:joaoantonio@facei.org.br)

**Credenciamento:** Portaria MEC/SESu nº6,  
de 7/1/2008


(DOU: 8/1/2008)

Certificado registrado no dia 17 de outubro  
de 2016, folha nº do livro de registro  
nº da FACEI

Sob registro nº

Referente ao curso de Pós-Graduação em  
Educação Especial e Inclusão Social  
à título de Pós-Graduação Lato Sensu.

Salvador, 26 de Outubro de 2016.

  
Ana Paula Portugal de Mello  
Secretária Acadêmica



FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU  
FACIC - Faculdade de Ciências Contábeis  
CEPPEV - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu  
JTS - Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra



# Certificado

Certificamos que *Abílio César Dias Nascimento*, Carteira de Identidade nº 10900 OAB-BA, concluiu, com aproveitamento e frequência legal, o *Curso de Especialização em Direito de Estado e Responsabilidade Fiscal, Pós-graduação "Lato Sensu"*, realizado pela Facic - Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, através do Ceppev - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu, em convênio com o Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra, com carga horária total de 420 horas/aula, nos termos da Resolução 12/83 do C.F.E.

Salvador, 05 de setembro de 2003.

Mário Augusto Albiani Júnior  
CEPPEV  
Coordenador do Curso

Mamadou Lamarana Bari  
CEPPEV  
Coordenador Geral

Walter Crispim da Silva  
FACIC / FVC  
Diretor

Fundação Visconde de Cairu - Faculdade de Ciências Contábeis  
 CEPPEV - Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu  
 JTS - Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra  
 Curso de Especialização em Direito de Estado e Responsabilidade Fiscal Pós-graduação "Lato Sensu"

Aluno: **Altílio César Dias Nascimento**

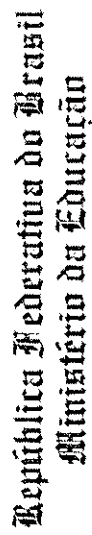
## HISTÓRICO ESCOLAR

Disciplinas	Carga Horária	Média Final	Docente Responsável	Titulação
Teoria Geral do Estado	30h/a	8,0	Dirley da Cunha Júnior	Doutor/PUC-SP
Direito Constitucional	90h/a	8,0	Dirley da Cunha Júnior	Doutor/PUC-SP
Direito Administrativo e Administração Pública	60h/a	10,0	Rafael Carrera Freitas	Mestrando/UFBA
Direito Tributário e Finanças	60h/a	8,0	Helcônto de Souza Almeida	Doutorando/Univ. Autónoma-Madrid
Responsabilidade Fiscal	60h/a	8,0	José Barroso Filho Inaldo da Paixão Santos Araújo	Doutorando/Univ. Complutense-Madrid Mestrando/FVC
Metodologia de Pesquisa Científica	60h/a	8,0	José Rodrigues Lustosa	Mestre/UFBA
Metodologia do Ensino Superior	60h/a	7,6	Andreza Rosa Lustosa	Mestrando/FVC
Trabalho de Conclusão de Curso: Monografia	-	9,0		
Carga Horária Total do Curso	420h/a		Frequência Total: 80%	
Período de Realização: 22/03/2002 a 26/04/2003			Data de Emissão: 05 de Setembro de 2003	

A verificação do rendimento escolar obedeceu aos seguintes critérios:

- Frequência mínima de 75%;
- Provas escritas e trabalhos de acordo com a orientação do curso e as peculiaridades de cada disciplina;
- Nota mínima para aprovação = 7,0 (sete)

Socora Maria de Castro Giesstome  
 Secretária Acadêmica



O Reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 20 do curso de Direito, confere o título de

no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 20 de outubro de 1990 do curso de Direito, confere o título de

# Gabriel e Diritti

11

**Abilio César Dias Nascimento**

brasileiro, natural do estado da Bahia, nascido a 12 de abril de 1965, filho de Abelardo Teodoro do Nascimento e Dilvani Dias do Nascimento e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Salvador, 20 de outubro de 1990

Arthur Gordon Ross

## Diplomado

RG 2.124.511 55P-BA

**José Teixeira Cavalcante Filho**  
Coordenador do Curso

Maria Celeste Reis de Melo

Diretora da Secretaria Geral de Cursos

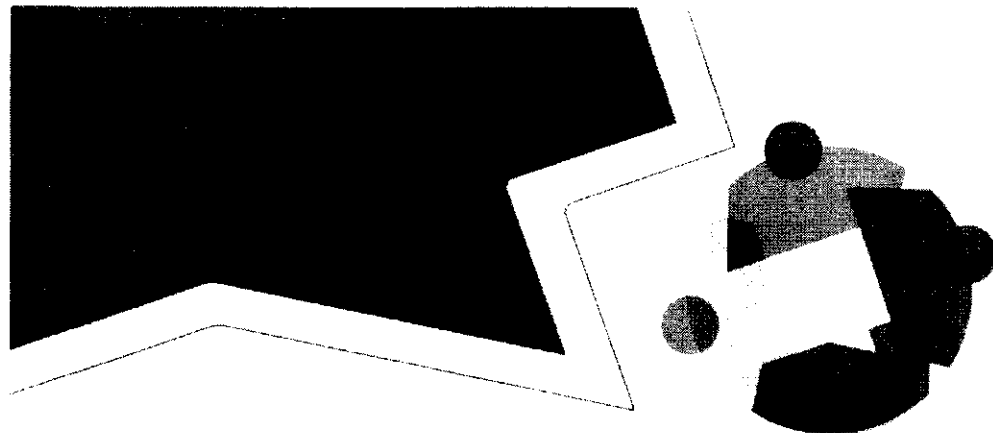
José Rogério da Costa Vargens  
Reitor

Ms. A. 9. 2. 7. 20. 9

[illegible]

INTELLIGENCE INFORMATION REPORT

150017



## SEMANA DE CONTROLE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

I FÓRUM  
DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

II ENCONTRO  
DE PROCURADORIAS DO INTERIOR DA BAHIA

III SEMINÁRIO REGIONAL  
DE CONTROLE INTERNO - UCIB

SEMINÁRIO  
EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL  
CONTRA A CORRUPÇÃO - REDE DE CONTROLE  
DA GESTÃO PÚBLICA

4 A 7  
DEZEMBRO

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

# CERTIFICADO

Certificamos que Rodrigo Pinheiro de Almeida participou da **SEMANA DE CONTROLE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO**, promovida pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB), Rede de Controle da Gestão Pública e o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), por meio da Escola de Contas Cons. José Borba Pedreira Lapa (ECPL), realizada nos dias 04, 05, 06 e 07 de dezembro de 2023, na modalidade presencial, no município de Vitória da Conquista/BA, com carga horária de 27 horas.

Vitória da Conquista, 07/12/2023

Antônio Velho Argollo Neto  
Coordenador Rede de Controle da Gestão Pública

Cons. Marcos Presídio  
Presidente TCE/BA

Cons. Inaldo da Paixão  
Diretor da ECPL

Ueslei Malque dos Santos Oliveira  
Presidente da UCIB

Sheila Lemos Andrade  
Prefeita do Município de Vitória da Conquista - BA

### REALIZAÇÃO:



### APOIO INSTITUCIONAL:



### APOIO:



1º ENCONTRO TÉCNICO - SOLUÇÕES PARA AMPLIAR

AS RECEITAS PRÓPRIAS DOS MUNICÍPIOS E COMO

IMPLANTAR A NOVA LEI DO ISSQN

**Diário Oficial**  
dos Municípios

# Certificado

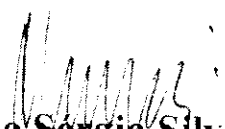
***I Encontro Técnico - Soluções para Ampliar as Receitas Próprias dos Municípios e Como Implantar a Nova Lei do ISSQN***

Certificamos que

***ABILIO CÉSAR DIAS NASCIMENTO***

participou ***I Encontro Técnico para Ampliar as Receitas Próprias dos Municípios e Como Implantar a Nova Lei do ISSQN***,

realizado na Fundação Luis Eduardo Magalhães, em Salvador-Bahia, com carga horária de 7 horas, no dia 13 de novembro de 2003.

  
Paulo Sérgio Silva  
Diretor do Evento

  
Publicações Legais

  
União dos Municípios da Bahia

  
TCM

  
egba

  
GOVERNO  
DA BAHIA

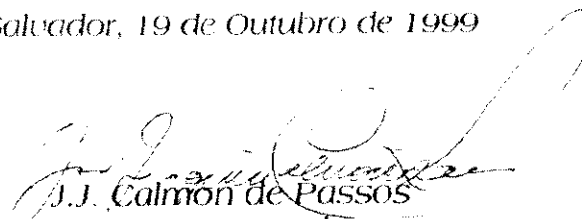



*Escola Superior de Advocacia*  
*Orlando Gomes*


# Certificado

Certificamos que **ABÍLIO CÉSAR DIAS NASCIMENTO** frequentou o curso de **PROCESSO CIVIL**, ministrado pelo professor **Fredie Didier Jr.**, realizado por esta instituição, no período de 07 a 09/Out/99, com a carga horária de 14 horas/aula.

Salvador, 19 de Outubro de 1999

  
J.J. Calmon de Passos  
Diretor-Geral

  
Fredie Didier Jr.  
Professor

  
Gilberto Dias Lima  
Presidente da Subseção de  
Vitória da Conquista




*Escola Superior de Advocacia  
Orlando Gomes*


# Certificado

Certificamos que **Abílio César Dias Nascimento** frequentou o curso de **PROCESSO CIVIL - Módulo II**, ministrado pelo professor **Fredie Didier Junior**, realizado por esta instituição, no período de 02.03 e 04/12/99, com a carga horária de 14 horas/aula.

Salvador, 13 de Março de 2000

  
J.J. Calmon de Passos  
Diretor-Geral

  
Fredie Didier Junior  
Professor

  
Gilberto Dias Lima  
Presidente da Subseção de  
Vitória da Conquista



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**Seção do Estado da Bahia**  
**SETOR DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Salvador, 23 de setembro de 2019.

**SOCIEDADE/OF/Nº 1173/2019**

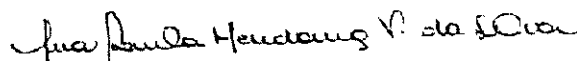
**Processo nºs 55976/2019 (pedido 38071)**

**Referente ao contrato da sociedade denominada "ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS"**

Senhor Presidente,

Objetivando o cumprimento de formalidade relativa ao Registro de Sociedade, solicito a valiosa colaboração de V.Exa., no sentido de entregar 02 vias devidamente averbadas **contrato da sociedade denominada "ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS"**, com endereço a Avenida Fortaleza, nº 480, sala 02 – Candeias, nessa cidade, conforme consta do contrato social, que ora anexamos, aos sócios integrantes, promovendo em seguida, a **devolução da 2ª via deste ofício devidamente assinada pelos referidos destinatários.**

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de estima e apreço.



**Ana Paula Mendonça Victor da Silva**  
Chefe de Gabinete – OAB/BA

**Exmo. Sr. Dr. RONALDO SOARES**  
**DD. Presidente da OAB Subseção Vitória da Conquista**  
Rua Rotary Club, nº 103 – Centro  
Vitória da Conquista/BA      CEP 45020-060

---

Rua Portão da Piedade, nº 16 (antiga Praça Teixeira de Freitas), Barris – CEP 40.070-045 Salvador-Bahia  
Tels.:(71) 3329-8946/8900 Fax: (71) 3329-8926 – Site: [www.oab-ba.org.br](http://www.oab-ba.org.br) E-mail: [sociedades@oab-ba.org.br](mailto:sociedades@oab-ba.org.br)


# **ALMEIDA, HAGGE, MACEDO & MATTOS**

## **ADVOGADOS ASSOCIADOS**

### **1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**




Anderson Carlos Alves Macedo, brasileiro, solteiro, advogado, residente no Caminho A, Casa 08, Urbis I, Candeias, Vitória da Conquista – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 40.071, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.482.435-00; Diogo Alves Mattos, brasileiro, solteiro, advogado, residente na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 36, Centro, Itapetinga – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 24.674, inscrito no CPF/MF sob o nº 834.558.925-15; Rodrigo Hagge Costa, brasileiro, solteiro, advogado, residente da Rua Brumado, nº 35, Centro, Itapetinga – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 36.046, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.817.205-13; Rodrigo Pinheiro de Almeida, brasileiro, solteiro, advogado, residente na Rua L, nº 220, Loteamento Morada dos Pássaros 1, Bairro Felícia, Vitória da Conquista – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 50.112, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.520.455-46, sócios componentes da sociedade de advogados que gira sob a razão social de ALMEIDA, HAGGE, MACEDO & MATTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS, com sede e foro na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, no endereço situado à Alameda Lima Guerra, nº 26, 1º Andar, Centro, com seu CONTRATO SOCIAL originário arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia sob o nº 3363/2016, no Livro 153-A, às folhas 024-032, resolvem alterar o contrato originário, em observância ao disposto no Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de acordo com as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA I – Retiram-se da sociedade os sócios Anderson Carlos Alves Macedo, inscrito na OAB/BA sob o nº 40.071, Diogo Alves Mattos, inscrito na OAB/BA sob o nº 24.674, e Rodrigo Hagge Costa, inscrito na OAB/BA sob o nº 36.046, dando os mesmos plena quitação das suas obrigações societárias;



CLÁUSULA II – Admite-se como sócio o Bel. Abílio César Dias Nascimento, brasileiro, casado, advogado, residente na Rua Alziro Prates, 08, B. Candeias, Vitória da Conquista – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 10.900, inscrito no CPF/MF sob o nº 278.231.485-87;

CLÁUSULA III – Com a retirada dos sócios mencionados na Cláusula I, e com a admissão do sócio indicado na Cláusula II, a sociedade passa a ser denominada “Abílio Nascimento Sociedade de Advogados”, e passa a ter sede na Avenida Fortaleza, nº 480, Sala 02, Candeias, Vitória da Conquista – Bahia;




CLÁUSULA IV – O capital social mantém-se no patamar de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, ou quinhões, cujo valor unitário é de R\$ 1,00 (um real), assim distribuídas entre os sócios:

- a) Ao sócio Abílio César Dias Nascimento cabem 750 (setecentos e cinquenta) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- b) Ao sócio Rodrigo Pinheiro de Almeida cabem 250 (duzentos e cinquenta) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA V - Em virtude das modificações deliberadas pelos sócios, o Contrato Social é consolidado e passa a vigorar com a seguinte redação:

Abílio César Dias Nascimento, brasileiro, casado, advogado, residente na Rua Alziro Prates, 08, B. Candeias, Vitória da Conquista – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 10.900, inscrito no CPF/MF sob o nº 278.231.485-87 e Rodrigo Pinheiro de Almeida, brasileiro, solteiro, advogado, residente na Rua L, nº 220, Loteamento Morada dos Pássaros 1, Bairro Felícia, Vitória da Conquista – Bahia, inscrito na OAB/BA sob o nº 50.112, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.520.455-46, únicos sócios componentes da sociedade de advogados que gira sob a razão social de Abílio Nascimento Sociedade de Advogados, com sede e foro na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, no endereço situado à Avenida Fortaleza, nº 480, Sala 02, Candeias, com seu CONTRATO SOCIAL originário arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia sob o nº 3363/2016, no Livro 153-A, às folhas 024-032, resolvem constituir sociedade de advogados, a ser regida pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, demais legislações vigentes e pelas cláusulas adiante enunciadas.

## CAPÍTULO I - NOME E SEDE

Cláusula 1ª. “Abílio Nascimento Sociedade de Advogados” se rege pela Lei Federal nº 8906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie. 

Parágrafo 1º: A sociedade tem sede neste município de Vitória da Conquista – Bahia, à Avenida Fortaleza, nº 480, Sala 02, Candeias, CEP: 45.028-524, telefone: (77) 3425-7337.

Parágrafo 2º: Poderão ser abertas filiais, respeitadas as normas vigentes. 

## CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS SOCIAIS


Cláusula 2ª. A sociedade tem por objeto disciplinar o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação dos serviços de advocacia.

### **CAPÍTULO III - DO CAPITAL SOCIAL**

Cláusula 3ª. O capital social, inteiramente realizado, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, ou quinhões, cujo valor unitário é de R\$ 1,00 (um real), assim distribuídas entre os sócios:

- a) Ao sócio Abílio César Dias Nascimento cabem 750 (setecentos e cinquenta) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- b) Ao sócio Rodrigo Pinheiro de Almeida cabem 250 (duzentas e cinquenta) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

### **CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

Cláusula 4ª. A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.

Parágrafo 1º. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo 2º. Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à sociedade e/ ou a terceiros deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

### **CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL**

Cláusula 5ª. A administração dos negócios sociais cabe ao sócio Abílio César Dias Nascimento, que usará o título de Sócio-Administrador, praticando os atos conforme adiante estabelecido.

Parágrafo 1º: Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada do Sócio-Administrador ou de Procurador constituído em nome da Sociedade:

- a) representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros fundos, benefícios, ônus e quejandos, previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- c) emissão de faturas;

d) prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais.

Parágrafo 2º: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, notadamente prestação de avais, fianças e outros atos quejandos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

## **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS**

Cláusula 6ª. O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da sociedade, apurando-se os resultados, que serão atribuídos aos sócios na proporção de seus quinhões sociais ou pela forma que estabelecerem, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

## **CAPÍTULO VII - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO**

Cláusula 7ª. Perdurará por tempo indeterminado a sociedade.

Cláusula 8ª. A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou retirada de qualquer sócio não implicará dissolução da sociedade.

Parágrafo 1º: Em qualquer destas hipóteses, far-se-á um balanço geral apurando-se o valor do capital social e dos quinhões, pagando-se ao sócio que se retira ou a seus herdeiros.

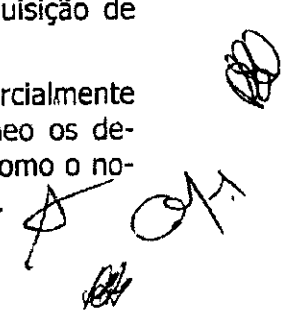
Parágrafo 2º: Optando os sócios pela dissolução, processar-se-ão os trâmites de sua liquidação, sendo liquidante aquele sócio ou terceiro que for indicado pela maioria do capital social.

Parágrafo 3º: Em caso de exclusão de sócio por qualquer das hipóteses previstas em lei, inclusive a perda de inscrição na OAB, conforme a deliberação da maioria do capital social, não consideradas as quotas do sócio excluído, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo 1º.

## **CAPÍTULO VIII - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Cláusula 9ª. Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de quotas do capital social.

Parágrafo 1º: O sócio que desejar ceder ou transferir total ou parcialmente quotas adquiridas mediante compra deverá notificar por meio idôneo os demais, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, atendido o requisito de inscrição da OAB.



Parágrafo 2º: Em prazo de trinta dias da efetivação da notificação, os sócios remanescentes deverão manifestar expressamente se desejam exercer seu direito de preferência ou se têm alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade.

Parágrafo 3º: O silêncio ou desistência de um ou alguns sócios confere aos demais direito de aquisição das sobras das quotas ofertadas, e tal preferência se exercerá, em havendo mais de um Interessado, na proporção em que participarem do capital social.

Parágrafo 4º: Exercido o direito de preferência, far-se-á cessão de quotas, assinando-se alteração do contrato social.

Parágrafo 5º: Não exercido o direito de preferência e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as quotas a terceiro interessado, nas mesmas condições.

Parágrafo 6º: Em havendo oposição ao nome do terceiro interessado, o sócio ofertante poderá optar por sua retirada, nos termos da lei e conforme previsto na cláusula 8ª.

Parágrafo 7º: Na hipótese de redução da sociedade à unipessoalidade, observar-se-á a necessidade de o sócio remanescente manifestar seu interesse de prosseguir com a sociedade, respeitando-se o prazo máximo previsto no Artigo 5º do Provimento 112/06.

## **CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS**

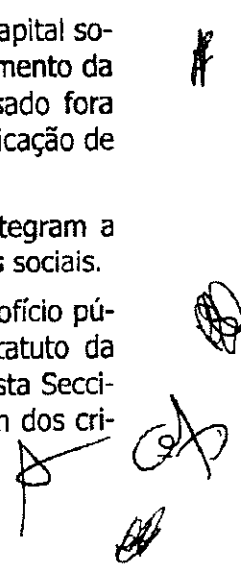
Cláusula 10. As alterações do contrato social serão decididas por maioria do capital social, valendo cada quota um voto, bastando tantas assinaturas quantas sejam necessárias para materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo único: Ao sócio dissidente de deliberação social cabe, em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na cláusula 8ª.

Cláusula 11. A exclusão de sócio pode ser deliberada pela maioria do capital social, mediante alteração contratual. O pedido de registro e de arquivamento da respectiva alteração estará instruído com a prova de que o interessado fora pessoalmente comunicado, ou então, se isto era impossível, com certificação de oficial de registro de títulos e documentos.

Cláusula 12. Todos os honorários recebidos pelos advogados que integram a Sociedade reverterão em benefício da mesma, compondo os resultados sociais.

Cláusula 13. Os sócios declaram que não exercem nenhum cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade em face do Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados no âmbito desta Seccional, nem são a ela associados, e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impediriam de participar de sociedades.




Cláusula 14. A solução dos casos omissos será adotada consoante as disposições legais vigentes ao tempo e resolução da maioria absoluta do capital social.

Cláusula 15. Fica eleito o foro da Comarca de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, como o único competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato social, com expressa renúncia de qualquer outro foro por mais privilegiado que seja, no presente e/ou no futuro.

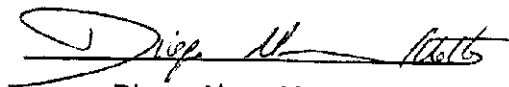
E por estarem justos e acordados, todos os sócios acima qualificados assinam o presente instrumento particular de contrato de constituição da sociedade de advogados, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins legais e jurídicos, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Vitória da Conquista – Bahia, 17 de junho de 2019.



Anderson Carlos Alves Macedo

OAB/BA 40.071



Diogo Alves Mattos

OAB/BA 24.674



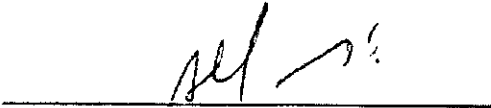
Rodrigo Magge Costa

OAB/BA 36.046



Rodrigo Pinheiro de Almeida

OAB/BA 50.112



Abílio César Dias Nascimento

OAB/BA 10.900

TESTEMUNHAS:

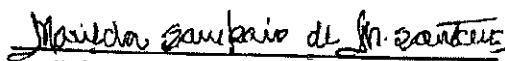
1. NOME: Thaiza Torres Soares CPF/MF: 047.214.415-64

2. NOME: Jamir Roberto de Almeida CPF/MF: 019.272.865-22

## AVERBAÇÃO

Fica nesta data averbada à margem do Registro Primitivo sob nº 3363/2016, a Alteração Contratual da Sociedade denominada "ALMEIDA, HAGGE, MACEDO & MATTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS", a qual passou a titular-se "ABILIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS", no Livro 220-A, fls. 011 a 016 da Secretaria Registro de Sociedade de Advogados desta Seção da OAB/BA, conforme decisão exarada em 20/09/2019.

Salvador, 20/09/2019.

  
MARILDA SAMPAIO DE MIRANDA SANTANA  
Secretária-Geral  
OAB/BA





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

Ao Sr. Agente de Contratação

Ref.: Informações da contabilidade

Conforme determinado pelo Exm<sup>a</sup> Presidente desta Câmara Municipal, informamos haver disponibilidade orçamentária para a contratação objeto do presente processo administrativos nos termos da demanda formalizada pela Secretaria Geral desta casa.

Dotações Orçamentárias:

33.90.35.00 – Serviços de Consultoria

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso:

15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Cândido Sales – BA, 05 de janeiro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Setor de Contabilidade



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

À Assessoria Jurídica da Prefeitura de Cândido Sales - BA

Ref.: Parecer Jurídico

Conforme determinado pelo Exm<sup>o</sup> Presidente desta Câmara Municipal, solicitamos de V.Sas. a emissão de parecer jurídico sobre o presente processo de contratação por inexigibilidade de licitação.

Cândido Sales – BA, 05 de janeiro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Agente de Contratação



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

**PARECER DA**  
**ASSESSORIA**  
**JURÍDICA**

---

## PARECER JURÍDICO

Trata-se de consulta formulada pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores deste Município acerca da legalidade na contratação da empresa ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 35.400.288/0001-76, para prestação de Consultoria e Assessoria Técnica Jurídica Administrativa na área de Gestão Pública junto à Câmara de Vereadores, pelo período de 05 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, na modalidade de inexigibilidade de licitação.

É breve o relato, passo ao exame:

O instituto da inexigibilidade, previsto no art. 72, da Lei 14.133/2021, nos

seguintes termos:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

**II** - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Acerca do tema, o Tribunal de Contas da Bahia tem admitido a espécie de contratação, mediante o preenchimento de alguns requisitos.

Em Parecer 0124/2021, a ementa restou assim consignada:

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA, VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. INOVAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO. A contratação direta dos serviços de advogados, por inexigibilidade de licitação, deve pautar-se nos critérios estabelecidos na legislação de regência, competindo ao Gestor observar as seguintes premissas:

1. Demonstração da inadequação da execução do serviço pelos servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Público, a fim de se viabilizar a contratação externa do serviço advocatício mediante licitação ou, diretamente, via inexigibilidade.
2. Se para atender a necessidade Pública, ficar devidamente justificado que a execução do objeto se dê por intermédio de um profissional ou empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, será o caso de realizar a contratação direta.
3. A comprovação da notoriedade do especialista no seu campo de atuação, do conceito que ele possui entre os seus pares, do reconhecimento profissional que possui no âmbito do local da contratação, ou seja, da subsunção do fato à norma, é encargo que incumbe ao Gestor realizar, pautado nos requisitos legais, a fim de se evitar que as razões da escolha do contratado recaiam sobre a preferência do contratante, como acontece entre nas contratações entre particulares.
4. Garantia da pertinência temática entre a notória especialização do profissional ou da empresa com o objeto a ser contratado.
5. Validação da razoabilidade dos gastos empreendidos, mediante a pesquisa de contratos com órgãos públicos, com objetos similares em que o notório figurou como contratado.

Depreende-se do texto legal, que a validade da contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no art. 75, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei nº 14.133/2021, é necessário que, no caso concreto, se verifique situação de inviabilidade de competição prevista no caput do 3 citado dispositivo, circunstância que, em tais casos, se sujeita à presença cumulativa de 3 (três) requisitos, quais sejam:

- a) que o serviço a ser contratado esteja compreendido no rol dos serviços técnicos especializados elencados no art. 13 daquela norma;
- b) que o objeto do contrato pretendido seja de natureza singular;
- c) que o contratado seja titular de notória especialização.

Assim, da análise dos documentos acostados ao Processo Administrativo sob análise, e considerando a inviabilidade de competição, tendo em vista a singularidade dos serviços a serem prestados e tendo como norte o que dispõe a Lei 14.133/2021, notadamente o preenchimento dos requisitos estabelecidos na citada lei, OPINO favoravelmente pela contratação da referida empresa na modalidade de inexigibilidade, uma vez que preenchidos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 75, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer, s.m.j.

Cândia Sales, 05 de janeiro de 2024.

WELDON BRITO  
SANTANA  
DUTRA: 6148608650

Assinado de forma digital por WELDON  
BRITO SANTANA DUTRA: 6148608650  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF  
A3, ou=AC VALID RFB VS, ou=AR CERTDATA,

ou=Presencial, ou=16986332000127,  
cn=WELDON BRITO SANTANA  
DUTRA: 6148608650

0

Weldon Brito Santana Dutra  
Procurador Jurídico Municipal  
OAB/BA 37.128



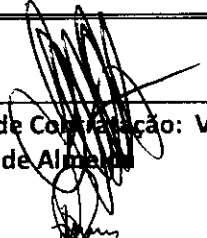

# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

## **INEXIGIBILIDADE 001/2024 ATA DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, com início às nove horas, na Sede desta Câmara, onde funcionam as reuniões de interesse desta Administração, por determinação do Excelentíssimo Sr. Simplicio Maria Santos Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Cândido Sales, reuniu-se a Comissão de Contratação. Presentes todos os membros, com a finalidade de examinar o pedido de Contratação de empresa para prestar os Serviços de Consultoria e Assessoria Técnica Jurídica Administrativa na área de Gestão Pública, desta Câmara Municipal de Cândido Sales, durante o ano de 2024, por despacho exarado que faz parte deste processo, decidiu essa Comissão pela possibilidade da contratação direta na modalidade Inexigibilidade de licitação, de acordo com art. 74, inciso III, “c” e “e” da Lei nº 14.133/2021. De acordo com a demanda formalizada pela Secretaria Geral da Casa e tendo parecer favorável da competente assessoria jurídica, esta comissão opina favoravelmente à contratação do escritório **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, CNPJ: 35.400.288/0001-76 pelo preço constante no documento de formalização da demanda. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi suspensa, até que fosse lavrada a presente **ATA**. Reaberta a reunião, a **ATA** foi lida e discutida e finalmente concluída. Eu, Valmiran Ferreira de Almeida, Presidente da Comissão de Contratação, lavrei a presente **ATA**, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Em, 05 de janeiro de 2024.

### **A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

 Agente de Contratação: Valmiran Ferreira de Almeida
Membro: Poliana Sousa Alves
 Membro: Vanessa Nogueira dos Santos



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

# **HOMOLOGAÇÃO e RATIFICAÇÃO**



# Câmara Municipal de Cândido Sales

Inexigibilidade



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA

### ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024

**HOMOLOGO** o Processo Administrativo nº 01/2024, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais e determino a contratação de **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ: 35.400.288/0001-76**, pessoa jurídica, para prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses da Câmara junto ao Judiciário, entidades de Direito público e órgãos da administração Pública Municipal, Federal e Estadual, cujo preço foi fixado em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais de 05 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, cujo valor global é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Cândido Sales – BA, 05 de janeiro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Simplicio Maria Santos Lopes  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Rua Getúlio Vargas, 101 – Centro – Cândido Sales – Bahia  
CEP: 45 157-970 – Fone/fax (077) 3438 1062 – CNPJ 16.424.053/0001-70

Rua Getúlio Vargas | 101 | Centro | Cândido Sales-Ba  
[camaracandidosales.ba.gov.br](http://camaracandidosales.ba.gov.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
8430D0524AF5D944F0247877994119C8

# Câmara Municipal de Cândido Sales



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA

### ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024**

**CONSIDERANDO** os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

**CONSIDERANDO** que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** que o PARECER TÉCNICO do agente de contratação direta que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, INC III, "c" e "e", da Lei Federal 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2024**, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses da Câmara junto ao Judiciária, entidades de Direito público e órgãos da administração Pública Municipal, Federal e Estadual.

Contratado: **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
CNPJ 35.400.288/0001-76

Prazo de Vigência: 12(doze) meses: 05/01/2024 até 31/12/2024.

Valor Total: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, "c" e "e" da Lei Federal 14.133/2021.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Cândido Sales – BA, 05 de janeiro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Simplicio Maria Santos Lopes  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Rua Getúlio Vargas, 101– Centro – Cândido Sales – Bahia  
CEP: 45 157-970 – Fone/fax (077) 3438 1062 – CNPJ 16.424.053/0001-70



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

**DECLARAÇÕES**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de comprovação de publicidade do Ato Administrativo que os atos pertinentes ao processo administrativo Inexigibilidade nº 001/2024, foi publicado no mural da Câmara, em consonância com as disposições da Lei Orgânica, inclusive Extrato do Contrato no **IPMBRASIL PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS** – Página Eletrônica da Câmara Municipal de Cândido Sales, e em murais da mesma.

Em, 05 de janeiro de 2024.

---

**VALMIRAN FERREIRA DE ALMEIDA**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os fins de direito e prova junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, que os atos pertinentes à Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, foram publicados nos murais da mesma, em Repartições Públicas deste Município, no **IPMBRASIL PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS** – Página Eletrônica da Câmara Municipal de Cândido Sales e em murais da mesma.

Em, 05 de janeiro de 2024.

  
**Valmiran Ferreira de Almeida**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

  
**Poliana Sousa Alves**  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

  
**Vanessa Nogueira dos Santos**  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de comprovação de publicidade do Ato Administrativo que os atos pertinentes ao Processo Administrativo Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, foi publicado no mural da Câmara, em consonância com as disposições da Lei Orgânica, no **IPMBRASIL PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS** – Página Eletrônica da Câmara Municipal de Cândido Sales e em murais da mesma.

Em, 05 de janeiro de 2024.

  
**Valmiran Ferreira de Almeida**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

  
**Poliana Sousa Alves**  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

  
**Vanessa Nogueira dos Santos**  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

**CONTRATO E SEU  
RESPECTIVO  
EXTRATO E  
PUBLICAÇÃO**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2024**

**Art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA  
ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL  
DE CÂNDIDO SALES E ABÍLIO NASCIMENTO  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES**, com sede à Rua Getúlio Vargas, 101, Centro, Cândido Sales - Bahia, CNPJ nº 16.424.053/0001-70 neste ato representado por seu Presidente, **SIMPLICIO MARIA SANTOS LOPES**, brasileiro, inscrito no CPF - sob o nº 822.687.465-34 e portador do RG. nº 11.591.362-97, doravante denominada **CONTRATANTE** e **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, Av. Fortaleza, nº 480 – Sala 02 – Bairro: Candeias – Vitória da Conquista, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 35.400.288/0001-76, devidamente representada por Abílio César Dias Nascimento, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o número 278.231.485-87, doravante denominada **CONTRATADA**, os quais subscrevem o presente, resolvem de comum acordo e observando as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, firmar o presente contrato, que será regido pelas cláusulas abaixo:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa na área de Gestão Pública nesta Câmara Municipal.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:**

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação de serviços especificados acima o valor global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

**Parágrafo primeiro** - O pagamento será efetuado em conta corrente em nome da pessoa jurídica deste contrato pelo meio utilizado pela Câmara Municipal, assim que os serviços contratados forem entregues pela **CONTRATADA** e mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

Rua Getúlio Vargas, 101– Centro – Cândido Sales – Bahia  
CEP: 45 157-970 – Fone/fax (077) 3438 1062 – CNPJ 16.424.053/0001-70





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

§ 1º - Os valores globais acima mencionados, não sofrerão qualquer reajustamento ou correção na vigência deste contrato.

**Parágrafo segundo** – A CONTRATADA deverá apresentar além da Nota Fiscal acima referida, para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

I – Certidão de Regularidade com o FGTS;

II – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedidas pela Justiça do Trabalho.

III – Prova da regularidade com a Fazenda do Estado ou do Distrito Federal;

IV – Certidão conjunta negativa de débitos de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (unificada em 03/11/2014, conforme Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014 e Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014).

**Parágrafo terceiro.** Pelos serviços enumerados nos itens acima, esclarece-se que as despesas serão computadas da seguinte forma: 60% dos serviços serão computados em pessoal e 40% serão computados em insumos, no intuito de não ser contabilizado todo o valor dentro do limite estipulado no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do seguinte Elemento Orçamentário:

0101 – Câmara Municipal

2002 – Gestão da Câmara Municipal

3390.35.00.00 – Serviços de Consultoria

3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

A duração do presente contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ou seja, de 05 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024 deste fluente ano de 2024, conforme previsão legal do artigo 105 “caput”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

Fica dispensada a prestação de garantia contratual, prevista no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:**

A CONTRATANTE, através de sua Secretaria Geral, na pessoa do Fiscal de Contratos devidamente nomeado para esse fim, sem exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, fiscalizará a fiel execução do presente contrato, em todas as suas fases, até a prestação de serviços ser concluída, com os poderes, as atribuições e as responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:**

A inexecução total ou parcial deste Contrato pela CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e criminal, ensejará a sua rescisão.

**Parágrafo primeiro** - A rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocorrer nos seguintes casos:

§ 1º - Unilateralmente, por ato escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos parágrafos I e II do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º - Amigavelmente por acordo entre as partes, mediante autorização fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 3º - Judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º - Incorrendo culpa da CONTRATADA, em caso de rescisão com base nos artigos 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aquela ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados.

### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

**Parágrafo primeiro:** O descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas no presente instrumento ensejará a aplicação, pela CONTRATANTE, das sanções constantes no artigo 155 e 156 da Lei 14.133/2021, a saber:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO:**

A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE, previstos no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 138, da citada Lei, em face do regime jurídico deste instrumento contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO:**

Vincula-se este contrato ao Processo Administrativo nº 001/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REGÊNCIA:**

O contrato ora celebrado está submetido às regras dispostas no Título III da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e os casos omissos serão regulamentados pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito público pela legislação específica, especialmente as do Código Civil Brasileiro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:**

O extrato do presente contrato será publicado Imprensa Oficial do Município e no PNCP, conforme prescreve o parágrafo único do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:**

Fica eleito o foro da Comarca de Cândido Sales/BA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, desde que não resolvidas na esfera administrativa.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA**

---

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais desejados.

Cândido Sales/BA, 05 de janeiro de 2024.

**Simpício Maria Santos Lopes**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Cândido Sales/BA**  
**Contratante**  
**Presidente**

**ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
**CNPJ sob o nº 35.400.288/0001-76**  
**Abílio César Dias Nascimento**  
**Contratada**

**1ª Testemunha**

CPF N° 006.365.285-45

**2ª Testemunha**

CPF N° 084.244.425-47

# Câmara Municipal de Cândido Sales



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CÂNDIDO SALES – BAHIA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2024

**Processo Administrativo:** 01/2024 **Contrato** 01/2024. **Contratante:** Câmara Municipal de Cândido Sales. **Contratada:** **ABÍLIO NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ: 15.400.288/0001-76.** **Objeto:** Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Administrativa, na propositura e acompanhamento de projetos de lei inclusive orçamentárias, além de adotar as medidas administrativas e judiciais com o fito de defender os interesses da Câmara junto ao Judiciário, entidades de Direito público e órgãos da administração Pública Municipal, Federal e Estadual. **Vigência:** 05/01/2024 a 31/12/2024. **Valor:** R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). **Dotação Orçamentária:** Órgão 1 – Secretaria 01, Projeto/atividade 2002 – Manutenção dos Serviços da Câmara, Elemento de despesa 33.90.35 – Serviços de Consultoria, Fonte de recurso 00 – valor R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). **Fundamentação legal:** artigo 74, inciso III, "c" e "e" da Lei Federal 14.133/2021.

Valmiran Ferreira de Almeida  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Rua Getúlio Vargas, 101– Centro – Cândido Sales – Bahia  
CEP: 45 157-970 – Fone/fax (077) 3438 1062 – CNPJ 16.424.053/0001-70

Rua Getúlio Vargas | 101 | Centro | Cândido Sales-Ba  
[camaracandidosales.ba.gov.br](http://camaracandidosales.ba.gov.br)